

## RESENHA

**CHARTIER, Roger.** A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998. 159 p. il.

Antonietta de Aguiar Nunes\*

Roger Chartier, historiador francês, é muito conhecido no Brasil a partir da edição de sua obra *A história cultural entre práticas e representações*, traduzida por Maria Manuela Galhardo e publicada pela Bertrand Brasil, em 1990. Sabemos que ele também é autor de *A ordem dos livros, leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Paris, 1986, traduzido em português por Mary Del Priore e publicada pela Ed. Universidade de Brasília, em 1994, e de *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime* (Paris, 1987). Dirigiu duas obras coletivas: *Práticas da leitura* (Paris, 1985, editado em São Paulo: Estação Liberdade, 1996) e *Les usages de l'imprimé* (Paris, 1987) e editou, junto com Henri-Jean Martin (autor, com Lucien Febvre, d' *O aparecimento do livro* editado pela UNESP/ Hucitec em 1992) a *Histoire de l'édition française* (Paris, 1989-1991, 4 v). Já Jean Lebrun não sabemos quem seja, nem o livro traz respeito qualquer informação esclarecedora.

Esta tradução d' *A aventura do livro* de Roger Chartier foi editada de forma primorosa, com inúmeras ilustrações de leitores, de escritores, de queimas de livro, de guarda de livros, de bibliotecas, de leituras individuais ou coletivas, de cenas de impressão, de leitura de jornais etc.

\* Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia. Professor de História da Educação-FACED

É um livro bonito, formato cômodo, gostoso de se ter em mãos e folhear.

Não é um livro muito longo, nem de exaustiva leitura. Tem relativamente poucos capítulos. Lê-se com relativa facilidade e enorme deleite pelas belíssimas ilustrações com que a toda hora nos brinda.

No prólogo, é colocada a pergunta: A revolução das revoluções? e começa afirmando que: *apresentam-nos o texto eletrônico como uma revolução. A história do livro já viu outras!*

Segue-se então, à guisa de diálogo com Jean Lebrun, um texto com uma breve história do livro lembrando o codex, a invenção da imprensa por Gutenberg, a lenta evolução do livro manuscrito para o livro impresso, a xilografia dos chineses, o livro eletrônico. Chama a atenção para uma hierarquia dos formatos de livro: o grande in-fólio, que se põe sobre a mesa é o livro de estudo, da escolástica do saber; os formatos médios são aqueles dos novos lançamentos, dos humanistas, dos clássicos antigos copiados durante a primeira vaga do humanismo, antes de Gutemberg. O *libellus*, ou seja, o livro que se pode levar no bolso, é o livro de preces e de devoção, às vezes de diversão.

A uma afirmação provocativa de Roger Chartier colocada em itálico, segue-se uma resposta elucidativa de Jean Lebrun em caracteres normais. Aí no prólogo se fala também do leitor e de como a forma de leitura pode variar de acordo com o tipo de suporte em que o livro é editado. Menciona o problema da distribuição de livros e o papel do crítico. Conclui afirmando que *cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe*, enfatizando o papel de co-autoria do leitor, na sua interpretação específica da obra e endossando a afirmação de Michel de Certeau de que: *o consumo cultural é, ele mesmo uma produção - uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção.*

O capítulo inicial trata do ' O Autor - entre punição e proteção. Afirmação-provocação inicial de Chartier começa com a observação de que A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra

a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas. A primeira ilustração deste capítulo é o de uma fogueira de livros, provocada pela Inquisição, detalhe da pintura São Domingos e os Albigenses de Pedro Berruguete, (ca.1477-1503).

Discute também neste capítulo a questão das interpolações que muitos copistas ou leitores faziam nos textos manuscritos da Idade Média, e que eram às vezes facilmente reconhecidas, mas agora, com o texto eletrônico, elas se tornam muito fáceis de fazer, mas difíceis de reconhecer. O que foi escrito pelo autor e o que foi mexido, acrescentado ou corrigido por algum dos seus leitores? Conta que foi nos últimos séculos da Idade Média que se esboçou a personalidade do autor moderno, mas que muitas vezes ainda era um "autor oral": lições, pregações, sermões eram escritos e publicados. O teatro é igualmente um outro caso de oralidade que se mantém por muito tempo. Distingue adiante o escritor, que escreveu um texto que permaneceu manuscrito, sem circulação, do autor, que publicou obras impressas. Menciona como as primeiras listas de autores as que figuravam na lista do *Index librorum prohibitorum*, condenados pela Igreja ou censurados pelo Estado.

O capítulo seguinte vai tratar do **texto** e aí é ressaltado não só o papel do autor como também o do editor. Desde o seco XVIII, a teoria do direito natural fundamenta a propriedade literária, pois cada pessoa deve ser dona dos frutos do seu trabalho.

No início do seco XIX, fixa-se a figura do editor como a conhecemos hoje: aquele que busca textos encontra autores e providencia a impressão da obra e sua distribuição. Antes de editor, do seco XVI ao XVIII, era-se livreiro ou gráfico, pois além de comercializar livros ou imprimi-los, também os editava. E foi em torno da atividade de livraria que se organizou inicialmente a atividade editorial. Alguns livreiros conseguiram das autoridades financeiras, estatais, monopólios e privilégios, comandando a atividade de edição. Já na Inglaterra era a comunidade ou a corporação dos livreiros

gráficos de Londres que registrava o manuscrito e a partir deste registro o livreiro ou gráfico ganhava o direito de editá-lo exclusivamente. O registro leva à questão das edições clandestinas, ou falsificações, levadas a cabo por pequenos livreiros editores da província ou de outro país. Sai das assembléias revolucionárias uma legislação que vai definir o direito moderno reconhecendo, de um lado, a propriedade literária, mas limitando o seu prazo; expirado este, a obra se toma "pública" E quando ela cai em domínio público qualquer um está autorizado a publicá-la.

A seguir o livro trata do *leitor*, entre limitações e liberdade. O texto, quando apreendido pela leitura, adquire um novo sentido que lhe é dado pelo leitor, que muitas vezes desloca e subverte o que o livro pretende lhe impor. E mais, com as novas tecnologias, ele não é mais constrangido a escrever na margem; ele pode agora interferir no seio mesmo do trabalho. Mostra como novas linguagens, como jornal e cinema, permitem uma confusão de papéis entre produtor e consumidor ligada à democratização do acesso à representação. E também como os novos suportes do texto permitem usos, manuseios e intervenções do leitor bastante mais numerosos e mais livres do que qualquer uma das formas antigas do livro. Menciona por fim a existência de técnicas ou de modelos de leitura que organizam as práticas de certas comunidades ou classes sociais. Faz alusão à obra *Écritures ordinaires* de Daniel Fabre, onde se tem uma análise dos conflitos surgidos num laboratório de pesquisa a respeito da utilização do correio eletrônico. De um lado, pesquisadores norte-americanos habituados a lidar com uma grande massa de informações e a não respeitar as convenções habituais da troca epistolar; de outro, pesquisadores franceses considerando os norte-americanos como ocupando ilegitimamente a memória, tal como ocupam territórios; para os franceses é necessário preservar nas comunicações epistolares na tela as fórmulas de polidez e de referência aos destinatários. Isto é uma espécie de etnologia das práticas e mostra como, em cada comunidade, se define códigos e usos diferenciados. Refere-se por fim aos leitores eletrônicos, que não passam mais pelo papel, lêem diretamente na tela os textos desejados. Pergunta-se se isto definiria uma figura do leitor futuro.

Passa-se então à discussão sobre a **leitura**, entre a falta e o excesso. Aqui são três as inquietações: o temor da perda dos textos (que leva a recolher, fixar, preservar), o perigo da corrupção dos textos por um erro do impressor ou revisor (que leva à procura de edições críticas) e por fim a questão da proliferação textual, que pode se tornar um obstáculo ao conhecimento (demandando instrumentos de triagem, classificação e hierarquização). Neste capítulo é tratada a questão do iletrismo, do fato de se necessitar de alguém que escreva para o outro, e não só por ser o outro iletrado, mas também por exigências burocráticas específicas. E quanto à leitura dos jovens, diz que de um lado, existem os ensinamentos da escola e, de outro, todas as aprendizagens fora da escola~ que ocorrem muitas vezes a partir de uma cultura escrita já dominada pelo grupo social. Narra como alguns grupos sociais em algumas épocas acreditavam estarem existindo leitores demais, tanto jovens e homens que assim se afastavam de atividades mais produtivas, quantas mulheres, que passavam, a saber, mais do que se gostaria que elas soubessem; ou mesmo religiosos que acreditavam poder a leitura direta da Bíblia levar a interpretações errôneas e a heresias. Reconhece existir um medo do excesso do livro, que é bastante antigo, daí a necessidade de guiar e selecionar a leitura - realizada pela escola igreja e biblioteca - que nem sempre coincide. Cita o exemplo do século XIX em que os três grandes discursos sobre a leitura o da escola o da Igreja e o da biblioteca tinham conteúdos diferentes, selecionavam cada uma seu próprio *corpus* de obras e práticas consideradas legítimas.

O próximo capítulo trata da *biblioteca*, entre o reunir e o dispersar: armazenar textos e divulgá-los, torná-los acessíveis aos leitores. Com o texto eletrônico, torna-se imaginável e até possível a biblioteca universal, sem que, para isso, todos os livros precisem estar reunidos em um só lugar. Comenta sobre as bibliotecas públicas de livre acesso, em que o leitor perambula entre as prateleiras, circulando entre o que lhe é oferecida, encontrando muitas vezes livros que não procura como se os livros o procurassem; já nas bibliotecas de pesquisas só se encontra aquilo que é procurado, e na biblioteca eletrônica se pode estar separado do lugar onde o texto se encontra guardado e, mesmo assim, poder acessá-lo. Mostra também como a leitura pública supõe que a

biblioteca saia dos seus muros, vá ao encontro dos leitores com ônibus-biblioteca, caixas-estante em instituições, bibliotecas circulantes. Considera também que as bibliotecas particulares, nos dias que se passam, são cada vez mais inviáveis devido à proliferação de revistas, livros, publicações de toda espécie. Reconhece, porém, a indispensabilidade das bibliotecas, e a necessidade de guias, inventários, recursos de recuperação da informação dentro delas. E o excesso de informações leva a uma necessária seleção de textos pelo leitor, pelo bibliotecário ou arquivista. A triagem é necessária para a gestão, organização e domínio da produção impressa ou divulgada pelos diversos meios de comunicação. Conclui mostrando a importância do contexto para diferentes interpretações do texto. Ler um artigo num banco de dados eletrônicos sem saber nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, dá uma idéia do texto; outra bem diferente tem o leitor quando lê o artigo na própria revista em que apareceu. O sentido construído pelo leitor depende não só do que está contido no texto do artigo, mas de elementos do contexto em que ele foi inserido.

O capítulo final do livro trata do *numérico* como sonho de universal. O texto eletrônico permitiria realizar dois sonhos antigos da humanidade: a universalidade e a interatividade. O primeiro exemplo de busca da universalidade foi uma realização do Iluminismo: a Enciclopédia; o texto eletrônico permite agora, pela primeira vez, no mesmo suporte, a conservação e transmissão do texto, da imagem e do som. E mostra como isto pode trazer mudanças também nas práticas de leitura e de produção e edição de textos. O leitor, condicionado ainda por um aparato tecnológico precisa mudar seu *locus* e forma de leitura; o autor, por sua vez, pode agora tomar-se seu próprio editor e distribuidor. Ressalta ainda a produção multimídia de textos e as empresas multimídia que os controlariam, podendo elaborar os produtos derivados: do livro ao filme, do filme ao CD-Rom, do CD-Rom aos programas televisionados etc. Já quase a concluir, Chartier afirma que o texto vive uma pluralidade de existências e que a eletrônica é apenas uma delas, mas Lebrun lembra que a relação da leitura com um texto depende não só do texto lido, mas também do leitor, de suas competências e práticas e da forma na qual ele encontra o texto lido ou ouvido. Por fim se faz a pergunta: um livro existe sem leitor? E cita Paul Ricoeur para quem um mundo de textos que não é conquistado, apropriado por um mundo de leitores, não é senão um mundo de textos possíveis, inertes, sem existência verdadeira.

Em suma, *A aventura do livro - do leitor ao navegador* não é senão uma interessante e sucinta história do texto, desde a sua forma livro até a forma eletrônica. O diálogo Chartier-Lebrun (que pena não conhecermos melhor este último, nem a suas obras!) é um interessante percorrer de temas, tempos, práticas, que nos leva a refletir sobre a nossa própria prática atual de leituras, multimidianamente falando, e ver como podemos de fato integrá-las ou talvez apenas desfrutá-las e usufruir do deleite que cada meio nos pode proporcionar em diferentes momentos de nossa vida ou preocupações, e da forma como lemos e interpretamos o que estamos ouvindo, assistindo ou lendo, de que forma utilizamos as informações que com isto recebemos, de que forma criamos, produzimos novos textos ou novas formas de interatividade com nossos possíveis leitores, nós, acadêmicos, professores e pesquisadores da vida!